

BC anuncia novos cortes

Dívida Pública JORNAL DO BRASIL 09 JUL 1998

■ Redução de R\$ 2,5 bilhões será nos créditos a empresas ligadas aos governos estaduais

WLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA - O Banco Central (BC) anunciou ontem à noite novos cortes nos recursos que estavam à disposição das empresas ligadas aos governos estaduais. O objetivo é reduzir o endividamento do setor público e evitar o crescimento de gastos por causa das eleições de outubro. "Estamos abafando a demanda", resumiu o chefe-adjunto do Departamento da Dívida Pública do BC, Vicente de Paulo Diniz. Ele anunciou uma restrição de pelo menos R\$ 2,5 bilhões em créditos ao setor público. A decisão foi tomada em reunião extraordinária do Con-

selho Monetário Nacional (CMN).

Conforme dados divulgados ontem pelo BC, em abril as empresas estatais foram responsáveis por um déficit de R\$ 1,967 bilhão no resultado primário acumulado em 12 meses. Isso representa um déficit de 0,22% do PIB, sendo que há seis meses o resultado era positivo em 0,22%. "As medidas estão sendo tomadas em função do crescimento do déficit público", afirmou Diniz.

Entre as operações vedadas, a principal é a que impede R\$ 1,2 bilhão em financiamentos a estatais previstos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômi-

co (BNDES). São recursos já aprovados pelo Comitê de Crédito do BNDES, mas ainda não autorizados pelo Banco Central. "Nós só tínhamos aprovado outros R\$ 200 milhões", informou Vicente Diniz.

O BNDES também foi proibido de antecipar aos governadores receitas de privatização de empresas estatais. "A antecipação só poderá ocorrer quando o dinheiro for utilizado para o abatimento de dívida junto ao sistema financeiro", disse o técnico. Antes, os recursos adiantados podiam ser utilizados em outros gastos, como investimentos e pagamentos a servidores e fornecedores.

Outra modalidade de financiamen-

to também vedada foram os programas administrados pela Caixa Econômica Federal com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) destinados a obras de saneamento. O orçamento previsto para o biênio 1997/8 era de R\$ 1,6 bilhão, mas apenas R\$ 800 milhões serão gastos.

A Caixa e o Banco do Brasil também estão proibidos de realizar "operações financeiras de qualquer espécie com os Estados e o Distrito Federal", de acordo com a Resolução 2.521 do CMN, divulgada ontem. Esta restrição só não atinge o repasse de recursos orçamentários liberados pelo Tesouro Nacional.